



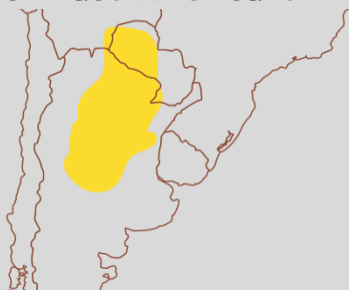
CADERNO DE CASOS

GRANDE CHACO AMERICANO





8

**MAPEAMENTO PARTICIPATIVO
PARA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS**REGIÃO DAKI-SV:
Grande **Chaco Americano**CATEGORIA PRINCIPAL:
Inovação e Organização SocialCATEGORIAS COMPLEMENTARES:
Acesso e gestão da TerraGRUPOS IDENTITÁRIOS:
**Juventude, Comunidades Tradicionais e Povos
Originários****1. DADOS GERAIS****1.1 RESUMO**

Os processos de mapeamentos participativos são insumos de conhecimento orientados para contribuir na resolução pacífica de conflitos territoriais por terra, água e outros recursos naturais. A Fundação para o Desenvolvimento da Justiça e da Paz (FUNDAPAZ) desenvolveu e adaptou essa metodologia de mapeamento junto com as comunidades camponesas e indígenas do Chaco para possibilitar o diálogo entre diversos atores e influenciar diretamente nas políticas públicas com o objetivo de que essas comunidades tenham acesso ao território e aos recursos naturais.

O mapeamento é uma metodologia de levantamento de dados e informações, e sistematização cartográfica orientada por objetivos territoriais específicos das organizações dos territórios. Os mapeamentos são implementados em cenários de alta complexidade sociopolítica, econômica e ambiental; e envolvem múltiplos atores com intenções, concepções e interesses muitas vezes opostos sobre o mesmo território ou recurso natural. Essa ferramenta metodológica pode ser executada e aplicada por famílias rurais, comunidades indígenas, organizações de base territorial com o apoio técnico de organizações especializadas da sociedade civil. Visa ser desenvolvida especialmente com os e as jovens, priorizando seu vínculo e conhecimento das tecnologias digitais.

Desde o início da década de 2000 até hoje, essa ferramenta tem sido usada na região do Grande Chaco Americano para defender o reconhecimento dos direitos à terra e aos recursos naturais por parte das comunidades indígenas e habitantes rurais *criollos*¹, visando principalmente os direitos de propriedade coletiva sobre o território.

¹ Os *criollos* são grupos camponeses, não indígenas, de pequenos criadores de gado habitantes da região do Grande Chaco Americano. Nos países de colonização espanhola, o termo foi empregado para chamar o descendente de espanhol nascido nas colônias da América Latina. Na Argentina, é utilizado para referir-se aos descendentes dos antigos colonizadores que vivem no interior do país.

1.2 ATORES PRINCIPAIS

A iniciativa de Mapeamento Participativo no Grande Chaco Argentino foi promovida pela Fundação para o Desenvolvimento em Justiça e Paz (FUNDAPAZ) e envolveu um extenso e crescente grupo de atores e instituições. Em particular, é utilizado com as organizações camponesas e/ou criollas e comunidades indígenas, no intuito de que possam obter autonomia na resolução de conflitos e capacidade de negociação para o exercício de seus direitos.

Prioriza-se a participação das e dos jovens, dado o maior conhecimento no manuseio de ferramentas tecnológicas como GPS ou celulares. De fato, as entrevistas realizadas apontam que um objetivo implícito do mapeamento é estimular a participação dos jovens nas organizações de base.

No que diz respeito ao apoio financeiro, os atores e atrizes envolvidos receberam contribuições de várias fontes locais, públicas e privadas, bem como do exterior, principalmente de ONGs. Um parceiro fundamental no desenvolvimento desta experiência é o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), contando também com a participação e apoio da Internacional Land Coalition (ILC).

1.3 ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES

As organizações envolvidas são a Fundação FUNDAPAZ, que concebeu e promoveu a metodologia, e um grupo de Organizações que participaram e/ou continuam participando de processos de mapeamento participativo.

Em cada experiência, particular e situada, variam os atores e atrizes que realizam o mapeamento. Deve-se levar em consideração que a metodologia pode ser usada ao longo do tempo no mesmo lugar, fato que determina que os atores e atrizes que participam dela podem variar. Quanto ao financiamento, também se modifica de acordo com a experiência e também pode variar ao longo do desenvolvimento da experiência.

Algumas das organizações que participaram das diversas iniciativas de mapeamento são:

- **Organização promotora:** FUNDAPAZ
- **Organizações não governamentais:** Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS), Fundação de Acompanhamento Social da Igreja Anglicana do Norte Argentino (ASOCIANA), Fundação Siwok, Fundação Gran Chaco, Fundação Escolares, Centro de Estudos Regionais para o Desenvolvimento de Tarija (CERDET), Paróquia San Isidro Labrador.
- **Organismos públicos e internacionais:** Ministério de Assuntos Indígenas e Desenvolvimento Comunitário do Governo de Salta, Programa Habitat do Governo Nacional, Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Subsecretaria de Desenvolvimento Comunitário, Instituto de Tecnologia Agropecuária (INTA), Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (INTI), Governo da Província de Santiago Del Estero.
- **Organizações criollas e indígenas:** Associação das Comunidades Aborígenes Lhaka Honhat (Nossa Terra) e organizações indígenas, Organização das Famílias Criollas (OFC), Organização das Capitánias Weenhayek de Tarija (Orcaweta), Comunidades Weenhayek.
- **Organizações financiadoras:** Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Programa Nacional PRODERI (UCAR), Internacional Land Coalition (ILC), a Plataforma Semiáridos América Latina, o Serviço Mundial de Igrejas (CWS), o Programa Integrado Trinacional (PIT).



1.4 LOCALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Esta experiência foi desenvolvida na região do Chaco Americano. Particularmente para esta sistematização, foram considerados os quatro casos de mapeamentos analisados: na Argentina, os mapeamentos foram realizados nas localidades das províncias de Santiago Del Estero (Paraje km 25) e Salta (Departamento de Rivadavia), e na Bolívia, na cidade de Tarija.

1.5 REFERÊNCIA TEMPORAL

A experiência de mapeamento participativo começou no ano 2000. Desde então, se realizaram vários processos de mapeamento e, até hoje, a experiência continua avançando. Esta metodologia permite desenvolver uma constante atualização das informações que são coletadas pelos líderes das organizações de base. Os dados coletados ao longo de todas as experiências de mapeamento participativo são sistematizados e disponibilizados às organizações.

1.6 DESAFIO PRINCIPAL

O mapeamento participativo busca solucionar o problema da falta e/ou fragmentação de informações sobre os territórios; múltiplos interesses sobre recursos ou territórios; situações e processos divergentes sobre o mesmo território ou recurso natural.

Seu principal desafio é colaborar na resolução de conflitos complexos de forma pacífica e dialogada, no intuito de gerar acordos de acesso aos recursos naturais ou à terra pelas comunidades indígenas e famílias camponesas do Grande Chaco Americano. Em cenários de justaposição de territórios e interesses, os mapeamentos possibilitam visibilizar as diversas situações e processos daqueles que reivindicam. Quando sistematizados, tornam-se documentos fundamentais, evidências concretas e materiais da vida daqueles que reivindicam ou se vêm envolvidos por um conflito.

O levantamento e sistematização da informação facilita o diálogo entre os diversos atores envolvidos, já que oferece a possibilidade de visibilizar a situação dos outros e suas formas de compreensão do território. Nesse contexto, o desafio é conseguir processos de convivência entre as diversas partes envolvidas num conflito por um território ou recurso.

1.7 OBJETIVOS

Os objetivos principais dos Mapeamentos Participativos são:

- Tornar visíveis em mapas ou cartografias, os atores, visões, interesses e situações sobre um território ou recurso natural para canalizar o diálogo entre as diversas partes envolvidas num conflito e alcançar uma resolução pacífica.
- Acompanhar às organizações camponesas, *criollas* e indígenas na reivindicação de seus direitos sobre o território e os recursos naturais, que permitam usufruir deles de maneira sustentável.
- Produzir acordos de acesso aos recursos naturais por parte das comunidades indígenas e famílias camponesas.
- Conseguir incidir nas políticas públicas para alcançar soluções efetivas que favoreçam os interesses das comunidades indígenas e das populações camponesas.



1.8 DIMENSÃO RESILIENTE

A experiência contribui para o fortalecimento da resiliência às mudanças climáticas, em primeiro lugar, através do empoderamento e fortalecimento das organizações de base, já que por meio dos Mapeamentos Participativos adquirem conhecimento sobre seus direitos e ferramentas técnicas e políticas para defender seus direitos, territórios e recursos naturais. Em segundo lugar, esta experiência busca acompanhar as reivindicações das organizações indígenas e camponesas, que fazem um uso sustentável do território e dos recursos, diante do avanço do modelo extrativista nos territórios do Grande Chaco, cujo desmatamento é uma das principais causas das mudanças climáticas.

2. DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA

2.1 CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO, AMBIENTAL E ECONÔMICO

O Mapeamento Participativo é uma experiência que se desenvolve na região do Grande Chaco Americano, um espaço caracterizado por graves conflitos socioambientais e territoriais. Segundo Redaf (2013), na região do Chaco argentino existiriam 386 conflitos socioambientais em andamento. Os conflitos fundiários afetam 127.886 pessoas e os conflitos ambientais 1.499.952 pessoas, e 47.258 pessoas são afetadas por ambos os problemas simultaneamente. Estima-se, também, que há ao menos 1.580.580 pessoas afetadas por algum tipo de conflito na região do Chaco.

No aspecto sociopolítico e cultural, esta região apresenta uma grande diversidade social e cultural, especialmente no meio rural: produtores, *criollos* e indígenas. Os indígenas do Chaco são agrupados por afinidade linguística em cinco grupos: 1) Zamuco (Ayoreo e Chamacoco), 2) Guaycurú (Kaduveo, Toba, Pilagá e Mocoví) 3) Língua Maskoi (Enxet, Angaité, Sanapaná, Guaná e Toba-Maskoi), 4) Matakó-Maká (Wichí, Chorote, Niwaqlé e Maká), grupos de caçadores-recoletores, e 5) Tupi-Guarani (Guaranis Ocidentais, Izocéños, Guarayo e Tapiete), grupos de agricultores. Cada um desses grupos é composto por várias povoações, que hoje muitas vezes são chamadas de “comunidades” (ver *mapa 1*, no qual cada uma é identificada simbolicamente por meio de pequenas figuras como estrelas, círculos, etc.). No Grande Chaco existem 287.545 indígenas distribuídos entre os três países: Bolívia (136.505), Paraguai (39.240) e Argentina (109.000), nesta última espalhados pelas províncias de Chaco, Formosa e Salta.

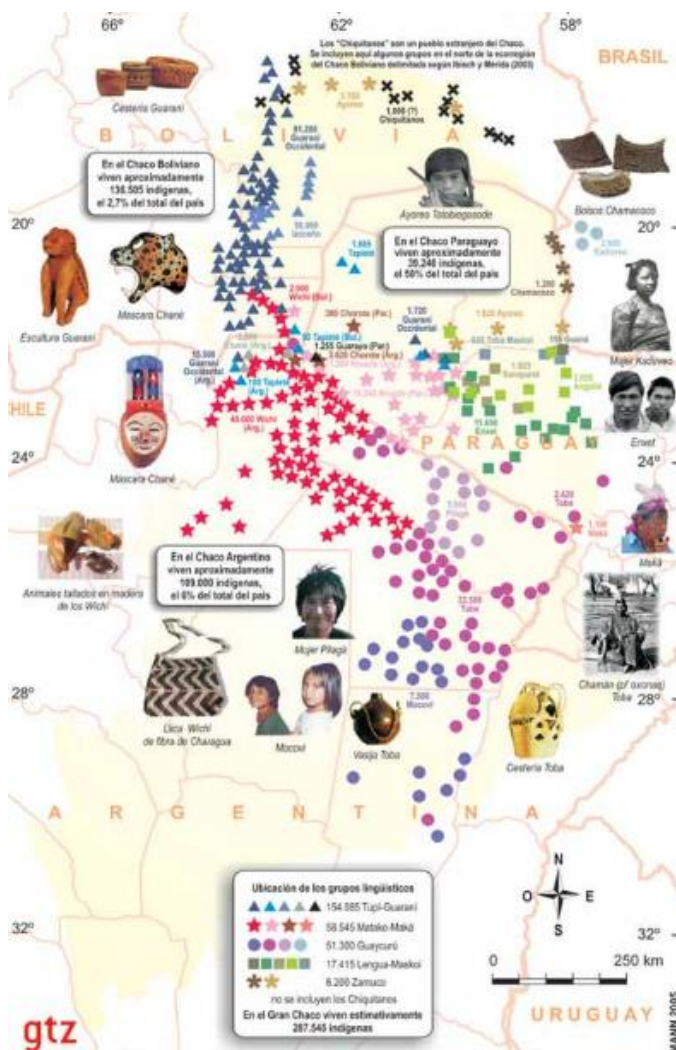
A distribuição da população no Grande Chaco apresenta uma forte preponderância da população rural. No caso do Chaco Paraguaio de 135.000 habitantes, 37% vivem em zonas urbanas e 63% em zonas rurais. No Chaco Boliviano, de 900.000 habitantes, 47% habitam zonas urbanas e 53% em zonas rurais. No Chaco Argentino, de 7 milhões de habitantes, apenas 18% vivem em zonas urbanas e 82% em zonas rurais.

Além de um riquíssimo mosaico de culturas indígenas, o Grande Chaco tem recebido, historicamente, produto de diversos processos migratórios, comunidades humanas de origem europeia ou de outras latitudes do continente americano, razão pela qual a população rural não indígena, conhecida como *criolla* é de fundamental relevância no território. É importante apontar que, historicamente, as comunidades indígenas e *criollas* tiveram problemas pelos territórios que compartilham. Nos últimos 20 anos somou-se o aumento da presença de empresas e grandes produtores de soja e outras explorações extrativistas. Essas pessoas, organizações e povos coabitam o território com diferentes lógicas de relacionamento com a terra e seus recursos naturais, o que gera disputas que se agravam por causa dos direitos diferenciados de uns e outros.

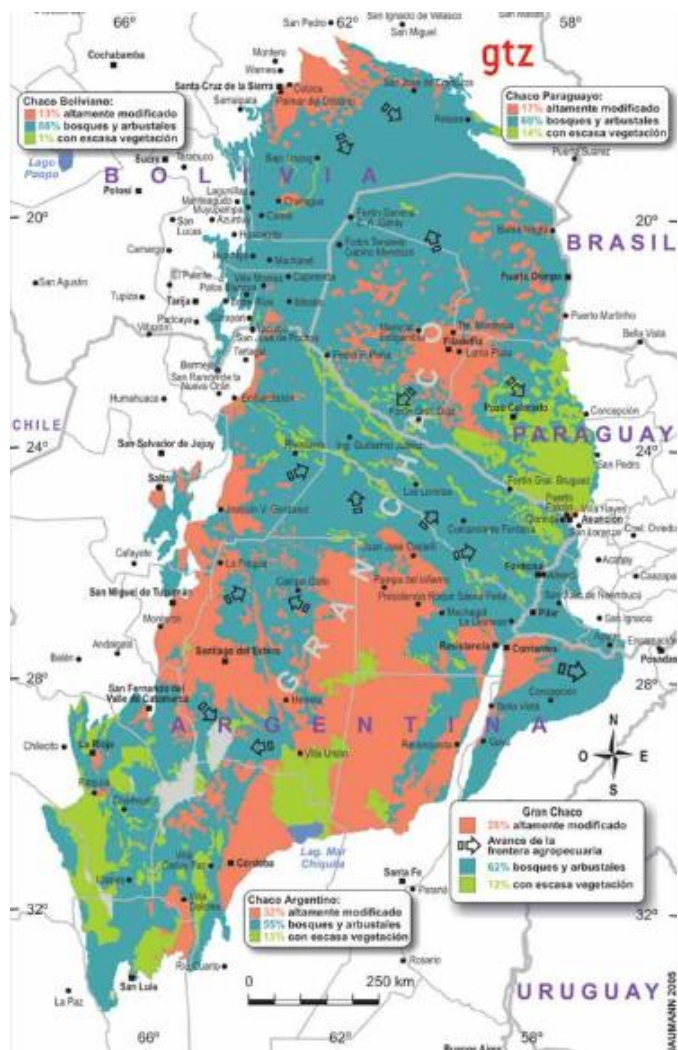
No aspecto econômico, desde o ano 2000, a região do Grande Chaco Americano apresentou fortes mudanças no uso da terra, passando das produções familiares ou comunitárias de baixa intensidade, aos grandes grupos voltados ao agronegócio das *commodities* e a pecuária extensiva. Esse fenômeno gerou novos conflitos na



região, agora vinculados à posse da terra e a água. A expansão agropecuária em grandes extensões de terra projetou-se sobre territórios nos quais os habitantes tradicionais, comunidades indígenas e camponeses, não possuíam títulos de propriedade (ver mapa 2), gerando conflitos, não apenas pelo espaço, mas também sobre as dinâmicas produtivas, uma vez que começaram a surgir limites e fronteiras antes inexistentes.



Mapa 1 – Localização de comunidades indígenas no Grande Chaco Americano. Fonte: Naumann, 2006



Mapa 2 – Tendência da expansão agropecuária no Grande Chaco Americano (2006). Fonte: Naumann, 2006

No mapa 2, as flechas que partem das áreas vermelhas, que indicam o alto nível de desmatamento e o uso agropecuário da terra, avançam em direção às áreas verdes do bosque *chaqueño*. Esse processo se intensificou a partir de 2006, gerando diversos conflitos por terra e recursos naturais como a água. Fonte: Naumann, 2006.

A avançada tecno-produtiva e econômica das grandes empresas e produtores agropecuários sobre a região constitui a maior ameaça às comunidades indígenas e famílias camponesas que, tradicionalmente, vivem de

sua produção doméstica e que, na maioria das vezes, mantêm uma condição de insegurança jurídica em relação às terras ocupam, pois não possuem títulos que certifiquem seu direito sobre esses espaços. No caso das famílias *criollas*, a maioria realiza uma economia voltada à pecuária por meio do sistema de produção extensiva, conhecido como “campo aberto”, no qual os animais percorrem livremente o território em busca de alimento, ocupando uma grande extensão de terra.

No aspecto ambiental, essa região registra mais de 386 conflitos socioambientais em andamento (Redaf, 2013). Os maiores conflitos se devem à justaposição territorial e à disputa pelo acesso e uso dos recursos naturais e da superfície para produção. Para as comunidades indígenas e camponesas a terra não é considerada apenas como superfície, e sim como espaço vital, onde realizam atividades voltadas à produção e reprodução de suas vidas. Por isso, a dimensão material e econômica não pode ser compreendida se não for em relação a uma dimensão sociocultural e simbólica do território, entendido como um todo inter-relacionado, sentido como lugar de pertencimento, memória coletiva e transmissão de saberes.

A escassez de água potável para consumo humano e também para a produção é um dos maiores problemas do semiárido do Chaco. O acesso à água está cada vez mais limitado por múltiplos fatores, principalmente as mudanças no aproveitamento da terra, o desmatamento, as práticas de produção extensiva como a pecuária e a produção agrícola, a contaminação das bacias por causa do uso de agroquímicos e eventos climáticos como secas e enchentes. A água é um bem que está no centro das disputas, gerando conflitos situacionais, com diversos atores, problemas e objetivos.

Essas diversas territorialidades, usos e significados do território derivam em conflitos fundiários sobre os quais algumas organizações lidam a partir dos mapeamentos participativos, buscando contribuir para o diálogo e resolvê-los em forma pacífica. Nesse contexto, determinado pelo avanço do modelo extrativista e do agronegócio, a metodologia de mapeamento participativo fornece às comunidades indígenas e camponesas ferramentas para defender seus territórios e recursos naturais, visibilizando os aproveitamentos que fazem deles. Por meio da articulação do conhecimento do território, ligado à experiência de vida que as organizações de base camponesas e indígenas possuem e os conhecimentos técnicos fornecidos pelas ONGs por meio de diferentes capacitações, se elaboram mapas coletivos comunitários e territoriais, do uso de recursos, buscando nesse processo construir soluções coletivas, visando o desenvolvimento sustentável da região do Grande Chaco.

2.2 PROCESSO DA EXPERIÊNCIA

No contexto dos conflitos socioambientais no Grande Chaco Americano, a Fundação para o Desenvolvimento em Justiça e Paz (FUNDAPAZ) há 20 anos vem promovendo os Mapeamentos Participativos, como dinâmica e instrumento de diálogo entre os diversos atores e organizações, em situações de conflito pelos recursos territoriais e/ou naturais, para desenvolver processos de capacitação, confecção de mapas, espaços de diálogo e negociação para sua resolução pacífica.

Os conflitos fundiários ou pelos recursos naturais podem ter diferentes motivos e envolver diversos atores, em alguns casos se dão entre comunidades indígenas e famílias *criollas*, em outros entre esses grupos e particulares, noutros deflagram-se por outras causas como o acesso a outro recurso, como a água.

No entanto, apesar das peculiaridades, a ferramenta Mapeamento Participativo possibilita visibilizar e conhecer melhor os conflitos, articulando os conhecimentos territoriais e técnicos da organização FUNDAPAZ com os saberes tradicionais das comunidades indígenas e famílias *criollas*, para desenvolver diversos tipos de mapas, segundo as necessidades e características dos conflitos.

Para entender o desenvolvimento dessa iniciativa, elaborou-se uma linha do tempo tomando marcos significativos da utilização e ajuste do mapeamento participativo, segundo os diversos objetivos (Juarez, 2021).



A seguir, apresenta-se o gráfico da linha do tempo do Mapeamento Participativo, desenvolvendo cada fase da experiência.

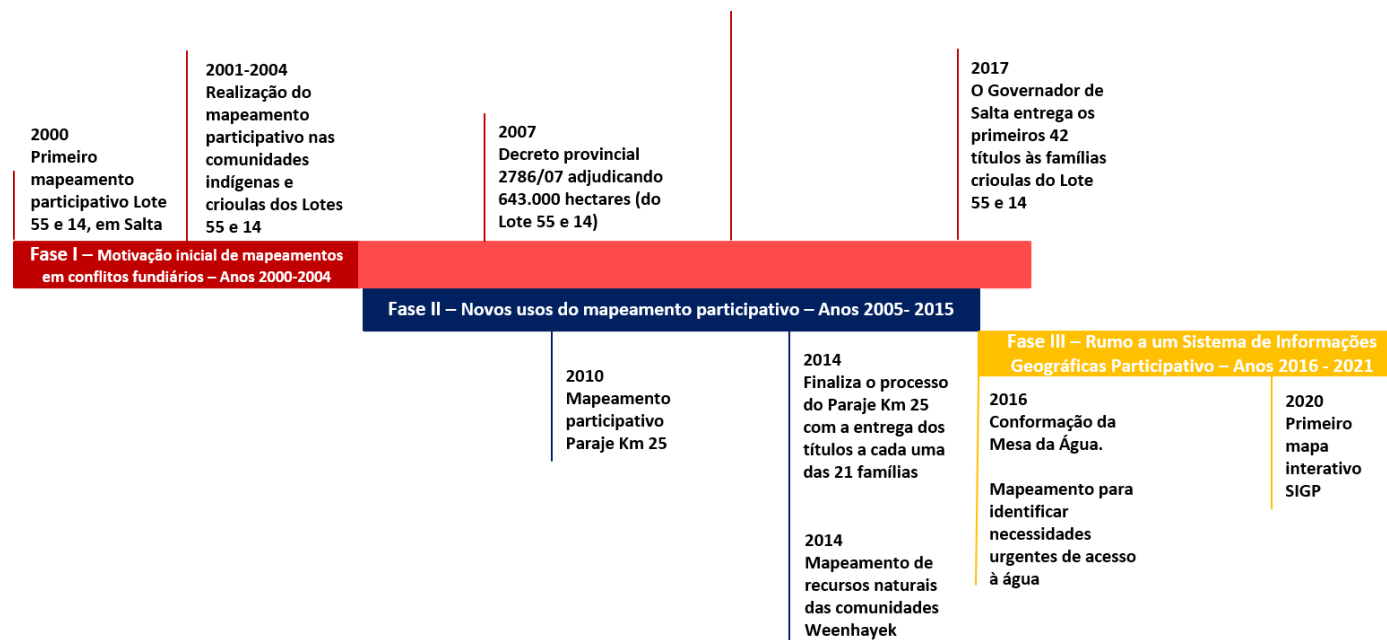


Gráfico 1 – Linha do Tempo da iniciativa de Mapeamentos Participativos no Grande Chaco Americano.

Fase I – Motivação e impulso inicial para o “Mapeamento Participativo” dos conflitos fundiários – Anos 2000-2004

O início desta metodologia aconteceu no ano 2000, no caso dos Lotes 55 e 14, no Município de Santa Victoria Este, Departamento Rivadavia da Província de Salta (Argentina), fronteira com a Bolívia e o Paraguai. Neste caso, o território habitado pela população indígena (9.000 pessoas em mais de 60 comunidades) se justapõe com o das famílias camponesas *criollas* (6.000 pessoas em mais de 400 famílias). Os últimos chegaram à região há pouco mais de cem anos, impelidos pela expansão da fronteira agrícola, em busca de pastagens para seu gado.

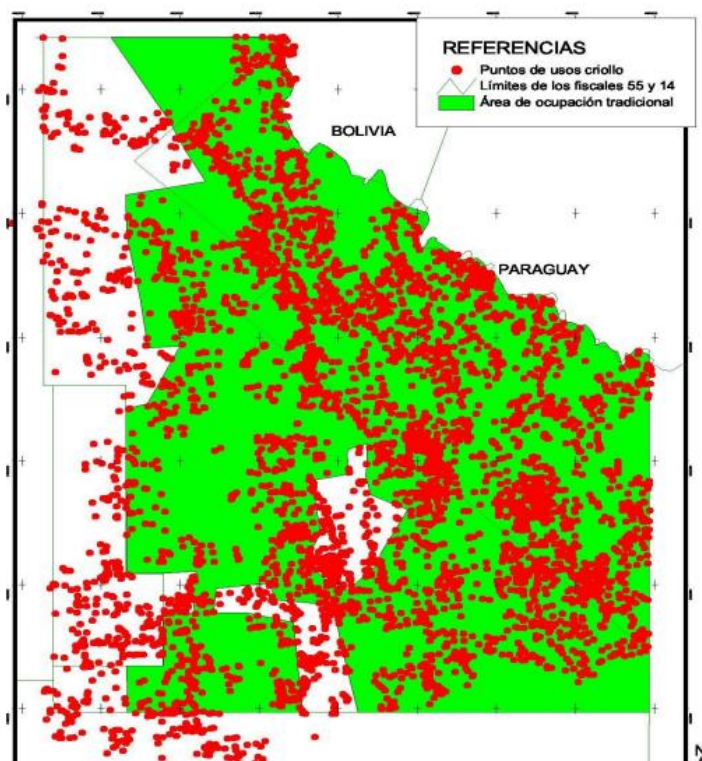
O progresso de importantes obras de infraestrutura, sem consultar as populações dos territórios, fez com que a Associação das Comunidades Aborígenes Lhaka Honhat (Nossa Terra), que congrega as comunidades indígenas da região, apresentasse em 1998 uma denúncia perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, caso nº 12.094), solicitando ao Estado que formalize seu direito à propriedade comunitária, mediante a entrega de um título único em nome de todas as comunidades sobre uma área unificada de terras, livre de gado bovino.

A reivindicação foi (e continua sendo) apoiada pelo Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS) e acompanhada pela Fundação de Acompanhamento Social da Igreja Anglicana do Norte Argentino (ASOCIANA). Já que o processo jurídico internacional se baseou no direito indígena, foi necessário incorporar os direitos dos *criollos* em processos paralelos, para alcançar acordos gerais sobre a distribuição de terras e recursos, capazes de incluir a todos os atores.

Nesse cenário, a partir do “Projeto Pilcomayo” (2000), ASOCIANA e FUNDAPAZ iniciaram um acompanhamento técnico aos dois grupos, *criollos* e indígenas, nas respectivas questões jurídicas, favorecendo o fortalecimento

organizacional e a geração de capacidades institucionais para iniciar um processo de diálogo e acordos entre indígenas e *criollos*.

Entre 2001 e 2004, a FUNDAPAZ promoveu o mapeamento participativo como metodologia para produzir informação e uma proposta de distribuição equitativa das terras entre os dois grupos de habitantes do território. Para isso, foram efetuadas capacitações e oficinas com cada grupo, separadamente e em conjunto, para poder visualizar em mapas a situação do território coabitado e assim delimitar, de comum acordo, o território de cada comunidade. A delimitação do território compreendeu a georreferenciação de cada um dos territórios com GPS para compreender a justaposição de populações e usos do solo (ver mapa 3).



Mapa 3 - Justaposição de população nos Lotes 55 e 14
Em vermelho: pontos de uso Criollo / Em verde: área de ocupação indígena.
Fonte: Fundapaz, 2018.

Segundo os atores, o grande sucesso neste caso se deu porque o mapa de demarcação territorial possibilitou que ambos os grupos apresentassem uma estratégia de solução unificada perante o Estado Argentino. Como não existia um “conflito” entre os coabitantes, a resolução por parte do Estado foi mais rápida. Em outubro de 2007 (sete anos após o início do “Projeto Pilcomayo” e após um acordo entre Lhaka Honhat e a OFC) o governo da província de Salta assinou o Decreto 2786/07 pelo qual concedeu 643.000 hectares, distribuídos em 400.000 a 42 comunidades indígenas e 243.000 hectares para 462 famílias *criollas*, institucionalizando o acordo plenamente alcançado pelas organizações (FUNDAPAZ, 2018). Finalmente, no ano de 2014, após trinta anos de reclamações, o governo de Salta oficializou o decreto 1498/14 pelo qual reconhece e transfere as terras em propriedade comunitária às comunidades indígenas e em condomínio às famílias *criollas*. Em maio de 2017, o

governo da Província de Salta entregou os primeiros 42 títulos de domínio às famílias *criollas*, abrangendo 25 mil hectares.

Essa primeira experiência bem-sucedida no uso do mapeamento participativo fez com que a ferramenta fosse utilizada em outros casos de conflitos fundiários por terra ou pelos recursos naturais.

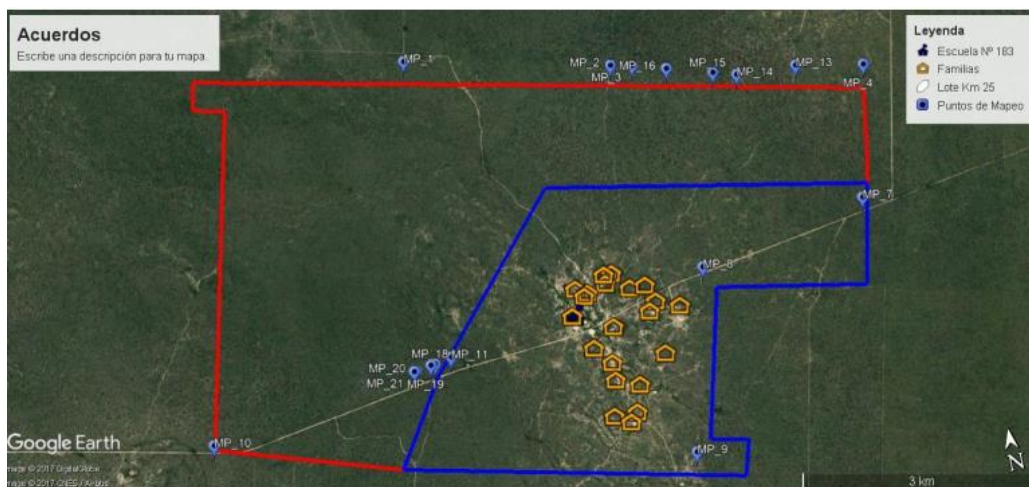
Fase II – Novos usos do mapeamento participativo – Anos 2005- 2015

Aos poucos, o mapeamento participativo passou a fazer parte da estratégia de intervenção da FUNDAPAZ para casos de conflitos socioambientais. Nesta fase foram realizados inúmeros processos de mapeamento com diversos graus de sucesso, em termos da capacidade de oferecer respostas concretas aos conflitos socioambientais.

Nesta fase, é possível destacar dois casos que tiveram objetivos e trajetórias diferentes:

- a) Mapeamento dos usos do território das famílias camponesas de Paraje Km 25** (Santiago Del Estero, Argentina). Anos 2009-2014. Duração: 5 anos. Organizações participantes: FUNDAPAZ, organização camponesa representando as 21 famílias camponesas, a igreja, a escola, um particular, o Governo da Província. Foi um conflito entre um particular e 21 famílias camponesas pelo título da terra.

Em 2009, o grupo de famílias que não sabiam da existência de um proprietário do terreno que ocupavam, recebe uma inesperada visita do dono da parcela. O pároco e a diretora da escola convocam a FUNDAPAZ para uma capacitação sobre o direito de posse e determinar as ações legais que podiam ser tomadas para regularizar a situação fundiária. Em 2010, começou um processo de organização comunitária para visualizar o problema por meio do desenvolvimento do mapeamento participativo. O objetivo desse processo foi assessorar à comunidade para que dispusesse das informações e competências necessárias para negociar com o proprietário. Nesse mapeamento, criou-se uma equipe de trabalho para determinar com o GPS, os lugares de uso no espaço que a comunidade reconhecia como próprios e estava disposta a defender em futuras negociações. Por meio do diálogo e da negociação, esse mapa possibilitou chegar a um acordo sobre o título em condomínio perfeito para as 21 famílias (1.400 hectares) e o título perfeito para o particular (2.200 hectares) (ver mapa 4).



Mapa 4 – Solução do conflito pelo uso do território.

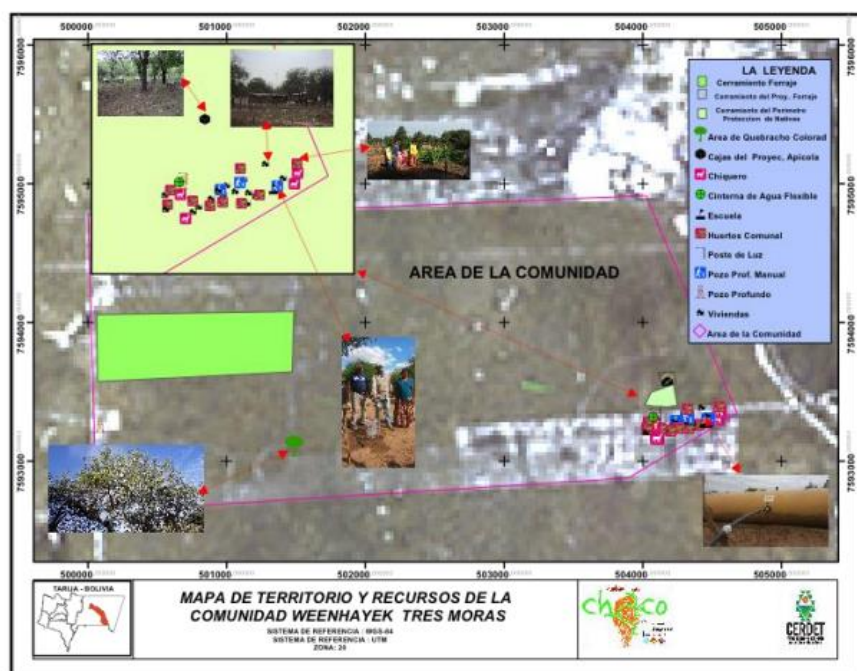
Fonte: Fundapaz, 2018

b) Mapeamento dos Recursos Naturais das comunidades Weenhayek (Tarija, Bolívia). Ano 2014. Duração: 3 meses. Organizações participantes: Comunidades Weenhayek, FUNDAPAZ, Centro de Estudos Regionais para o Desenvolvimento de Tarija (CERDET), Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB), Organização das Capitãnicas Weenhayek de Tarija (ORCAWETA), Programa Integrado Trinacional (PIT), entre outros.

Comparado ao caso dos Lotes 55 e 14, a conformação territorial do TCO Weenhayek foi consequência da escolha de diferentes estratégias para as demandas territoriais e da ausência de estratégias de diálogo institucionalizado sem a participação de todos os atores. Nesse caso, o mapeamento foi implementado como estratégia de gestão territorial com o objetivo de elaborar um diagnóstico da situação das comunidades, para o levantamento das necessidades e possibilidades produtivas.

Nesse processo, dois mapeadores indígenas foram treinados para apoiar as comunidades no mapeamento dos recursos naturais presentes em cada uma de suas parcelas. O levantamento permitiu estabelecer os recursos disponíveis e utilizáveis e sua localização. Esse mapeamento possibilitou que a comunidade tivesse informações detalhadas sobre sua situação e pudesse desenvolver ideias sobre a gestão sustentável dos recursos num espaço delimitado, pensando em que tipo de projeto produtivo é possível realizar a curto, médio e longo prazo, e que estratégias poderiam ser desenvolvidas para a gestão do espaço assegurado legalmente por título de propriedade.

Esse levantamento foi funcional para a realização do Plano Quinquenal de Desenvolvimento Comunal, documento que serve para estabelecer o diálogo com as instâncias municipais e departamentais para a gestão de projetos produtivos e de infraestrutura nas comunidades. Os mapeadores Weenhayek envolvidos afirmam que essa ferramenta fortaleceu tanto as comunidades quanto a organização indígena, em termos de conhecimento, capacidade de negociação com as autoridades e empoderamento.



Mapa 5 – Mapa do território e recursos da Comunidade Weenhayek Tres Moras

Fonte: Fundapaz, 2018.

Nos diferentes mapeamentos realizados nesta fase, há três elementos que são centrais: **(1)** o treinamento dos mapeadores, **(2)** o processo de mapeamento com as organizações e **(3)** as ferramentas de mapeamento.

As capacitações foram de um lado para informar sobre os direitos de posse e, no outro, um processo de treinamento técnico, metodológico e político muito específico para formar dois mapeadores. No primeiro caso, visava o fortalecimento da comunidade para enfrentar a ameaça externa, na pessoa de um particular e, no outro, o levantamento dos recursos disponíveis para um planejamento de gestão comunitária. Em ambos os casos, as comunidades conseguem conhecer seu próprio território por meio do mapeamento, fortalecendo os processos de organização comunitária e sua possibilidade de incidência.

A ferramenta para realizar os mapeamentos foi o GPS, isso significou a aquisição de um determinado elemento que costumava ser doado ou financiado por diversos projetos e organizações técnicas. Foi necessário um treinamento especial para o uso dessa ferramenta, que costumava ser compartilhada entre várias organizações. Esta fase permitiu fortalecer as capacidades técnicas e metodológicas de trabalhar com as comunidades para elaborar mapeamentos para diferentes usos e objetivos.

Fase III – Rumo a um Sistema de Informação Geográfica Participativo (SIGP) – Anos 2016 – 2021

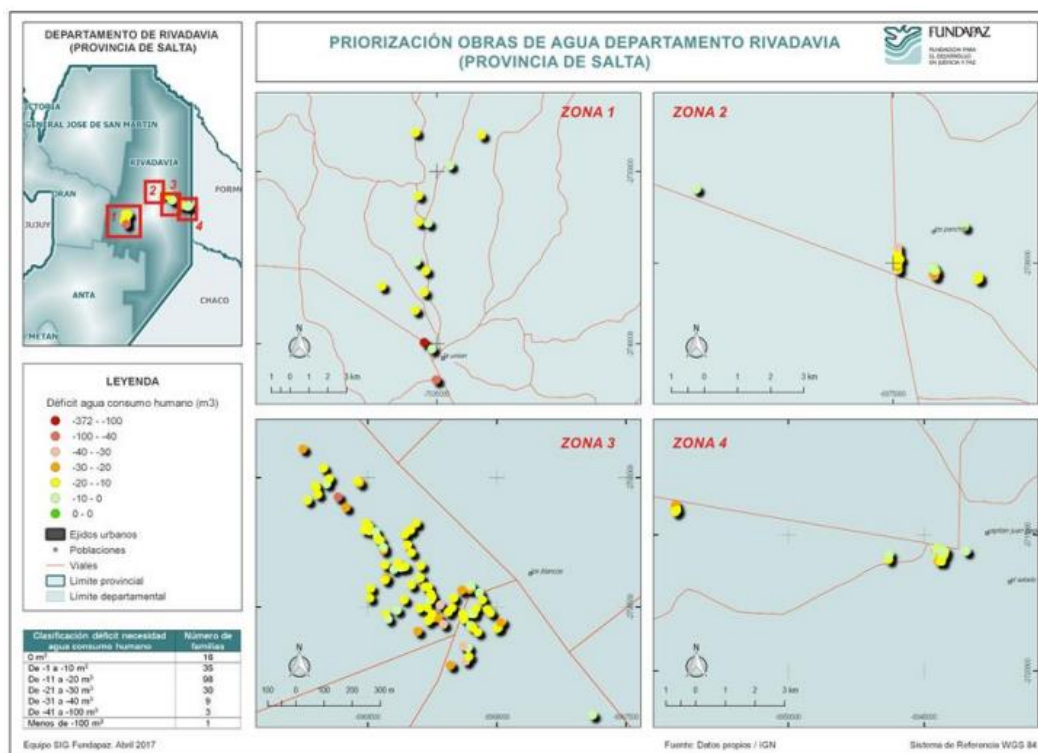
Nesta fase, desenvolveu-se outro caso singular, o mapeamento participativo de obras hidráulicas para a Mesa da Água de Salta (Argentina). Essa Mesa partiu em junho de 2016 e entre suas primeiras ações efetuou um mapeamento da situação hídrica das comunidades indígenas e camponesas do Chaco *Salteño*. Para atingir seus objetivos, a Mesa da Água desenvolveu um banco de dados comum, com informações do Estado e das organizações da sociedade civil, que tem facilitado a identificação das demandas de obras específicas de captação, armazenamento e consumo de água.

O objetivo desse mapeamento era resolver o problema de acesso à água doce por meio de uma aliança entre a sociedade civil e o Estado, no âmbito de um Convenio Internacional e foi inicialmente apoiado pelo Internacional Land Coalition (ILC), a Iniciativa Semiáridos América Latina, o Serviço Mundial de Igrejas (CWS), o Programa Integrado Trinacional (PIT) e o Ministério de Assuntos Indígenas e Desenvolvimento Comunitário do Governo de Salta. Posteriormente, novos atores se incorporaram, como a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), a Subsecretaria de Desenvolvimento Comunitário, representantes do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), do Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (INTI), da Fundação Siwok, o Programa Habitat do Estado nacional, a Fundação Grande Chaco e a Fundação Escolares, entre outros.

A gestão de recursos hídricos por meio do uso do Sistemas de Informações Geográficas (SIG) interativo exigiu treinamento prévio em mapeamento participativo de recursos naturais. Os mapeadores das comunidades, com o uso de planilhas de coleta de dados, além de um GPS e câmera digital, percorrem as comunidades indígenas ou bairros *criollos* tentando obter o máximo de informação possível. Os dados do GPS são baixados num software específico e as planilhas complementam o mapa interativo. A camada específica da água no SIGP interativo permite conhecer a real situação da demanda que deve ser atendida com projetos de curto e médio prazo, como a construção de obras de acesso à água para consumo humano e animal e para irrigação.

Em virtude dos diversos aprendizados nos processos de mapeamento efetuados, a FUNDAPAZ desenvolveu um Sistema de Informações Geográficas Participativo (SIGP). O SIGP conta com cerca de 9.000 pontos georreferenciados do Chaco Trinacional (Argentina, Bolívia e Paraguai) que permitem sistematizar informações e gerar mapas para uso técnico e político para os três países.





Mapa 6 – Prioridades de Obras Hídricas, Departamento Rivadavia (Salta, Argentina)

Fuente: Fundapaz, 2018

Cada mapeamento participativo é singular e apresenta uma duração específica, que em alguns casos pode ser superior a 10 anos, nesse processo depende-se dos atores e atrizes envolvidos e do contexto em que é desenvolvido. Em 2020 a FUNDAPAZ apresenta o primeiro mapa interativo, versão BETA “Quebracho” 1.0, uma ferramenta que permite o acesso a dados e informação sobre acesso à terra, água, uso das florestas e sobre as organizações camponesas e indígenas com as quais trabalha no norte argentino. Foi desenvolvido baseando-se no trabalho de mais de 40 anos da FUNDAPAZ, com o apoio e trabalho final da área de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), na coleta de dados, ordenação, homogeneização, análise e criação do mapa. É uma ferramenta que permite visualizar cartografia na Internet e interagir com o mapa e os dados. Seu objetivo é visibilizar publicamente parte da informação sistematizada no SIG. O mapa institucional tem 4 camadas: acesso à terra, acesso à água, bosque e pecuária e organizações de base (para acessar o mapa interativo clique [aqui](#)).

Atualmente, o SIG Institucional continua incorporando dados de campo correspondentes às áreas de trabalho da FUNDAPAZ e instituições parceiras na região. Após várias oficinas e treinamentos no âmbito local, provincial e no Chaco Trinacional (Argentina, Bolívia, Paraguai), foram elaborados alguns produtos como mapas de conflitos fundiários, mapas de vegetação, mapas de acesso a recursos naturais e água e monitoramento ambiental. O acompanhamento na atualização da base de dados do SIGP deve ser constante e comprometendo a todos os atores envolvidos. Sendo uma base de dados desenvolvida para a ação e o diagnóstico permanente, a informação que disponibiliza deve ser atualizada. Os resultados funcionam como um motivador para as comunidades e para isso deve haver uma estratégia de comunicação permanente dos avanços que são alcançados.

Nesta fase, a experiência propôs mudanças em relação ao uso e gerenciamento das ferramentas de mapeamento, passando do uso do GPS para o celular. A ferramenta de mapeamento é o celular, por meio do uso de aplicativos específicos, isso significou a possibilidade de ampliar o uso da ferramenta já que cada pessoa pode utilizar seu próprio celular para efetuar as marcações de georreferenciamento, ampliando as possibilidades de trabalho com organizações e comunidades.

É possível dizer, como síntese, que, desde o início da experiência, a capacidade técnica foi proporcionada pela FUNDAPAZ por meio de oficinas e capacitação dos mapeadores, interagindo com o conhecimento que as próprias comunidades indígenas e camponesas têm dos territórios. Os pontos georreferenciados por GPS ou celulares dialogam com os saberes tradicionais sobre o território, o conhecimento dos mais velhos sobre a toponímia própria desses grupos, os saberes dos/as caçadores, recoletores e pecuaristas que percorrem o território em suas diversas atividades produtivas.

Os atores sociais envolvidos são os membros das comunidades, tanto camponesas quanto indígenas. É uma experiência que não diferencia mulheres e homens, nem *criollos* e indígenas, já que busca fortalecer as estratégias de ambos na defesa dos territórios. Existe um foco nos e nas jovens, na medida em que possuem o conhecimento e a facilidade para o uso de tecnologia atual (GPS ou celular), necessária para realizar o levantamento dos pontos, fazendo com que a tarefa do levantamento seja uma forma de envolver diretamente esse grupo.

2.3 DESCRIÇÃO TÉCNICA DE ARTEFATOS E PROCESSOS INOVADORES

Os mapeamentos participativos podem ser desenvolvidos seguindo os seguintes passos na sua execução:

Passo 1. Identificação de um problema ou conflito.

Nesta etapa, duas questões centrais devem ser definidas: 1) Identificar claramente quem são os atores interessados no território ou no recurso natural em questão, e aqueles que possuem ou detêm a propriedade e têm o poder de concedê-la em um processo participativo. 2) Identificar e construir uma primeira demanda da comunidade ou das famílias pelo recurso em questão; áreas de uso do solo, aproveitamento da floresta ou necessidade de água para o grupo, entre outros.

Passo 2. Mapeamento participativo.

O mapeamento é um processo para visibilizar a situação e a reivindicação através de um mapa que pode ser mostrado a outras partes interessadas pelo mesmo recurso reivindicado. O mapeamento propõe um espaço de diálogo com outros atores, públicos ou privados, através de uma combinação de conhecimentos tradicionais, tecnologia e comunicação gráfica do problema, conflito ou necessidade. O mapeamento participativo se decompõe em etapas:

- *Garantir a participação.* É essencial que a construção dos mapas seja participativa desde o início. O mapa elaborado de forma participativa permite alcançar o diálogo com outros atores públicos e privados por meio de uma combinação de relações entre atores próximos, análise de contextos regionais, divulgação e comunicação gráfica do problema. As partes interessadas devem participar desde as primeiras definições e formulação de objetivos.
- *Definir os objetivos do mapeamento participativo.* Definir e especificar a demanda pelo recurso de todas as famílias envolvidas através da construção coletiva da reivindicação.
- *Execução do mapeamento participativo.* Este momento começa com as capacitações à comunidade e àqueles que serão mapeadores, são estabelecidas as variáveis a ser mapeadas, efetua-se a coleta de



dados no campo, técnicas de diálogo e negociação, sistematização da informação num SIG, elaboração de diversos mapas e análise dos mesmos. A seguir efetua-se o compartilhamento e discussão da informação.

Passo 3. Diálogo e incidência

Abertura de uma mesa de diálogo entre as partes envolvidas, tornando visível a reivindicação concreta pelos recursos e iniciando um processo de negociação. O Estado, geralmente, é um dos atores presentes no diálogo. O mapeamento participativo gera conhecimento e, portanto, aumenta a força de negociação das organizações, em relação aos demais grupos de poder na mesa de diálogo; no entanto, o Estado deve garantir a equanimidade durante o processo.

Passo 4. Acordos para o acesso aos recursos naturais.

Ao concluir com êxito a etapa anterior, as organizações indígenas e camponesas chegam a acordos que lhes permitem o acesso aos recursos naturais, segundo a possibilidade de negociação ou consenso alcançados entre todos os atores envolvidos. Em muitos casos, essa etapa implica definições políticas por parte do Estado, seja participando ativamente ou homologando acordos entre terceiros que resolvam a situação. Além disso, muitas vezes são necessários ajustes legais e legislativos, que constituem processos de incidência política com propostas concretas. Após a assinatura do acordo, vem a execução. Em todos os casos, o sucesso final do acesso aos recursos naturais depende, também, dos processos de investimento estatal ou privado, da formulação e execução de planos de gestão da propriedade e do uso sustentável dos recursos naturais por cada grupo envolvido, através de um Plano de Gestão dos recursos naturais e produtivos.

Embora as quatro etapas sejam importantes, pode-se deduzir das entrevistas realizadas para esta sistematização que o mais importante é gerar confiança e definir o objetivo do mapeamento junto com as comunidades. Identificar o que se quer mostrar num mapa e por quê. No início, as pessoas resistem a desenhar um mapa sobre um papel ou sair com um GPS para explorar o campo, tem a ver com não saber o que vai ser feito com essa informação, então é essencial estabelecer um vínculo de confiança de antemão para a troca de conhecimento. Sem essa primeira etapa, o êxito do processo será muito mais difícil.

Da mesma forma, é possível realizar **diferentes tipos de mapeamento participativo** que apresentam objetivos e características únicas:

Mapa de demarcação territorial. Esses processos de mapeamento participativo são realizados para mostrar o território aproveitado pelas comunidades indígenas e camponesas. São casos em que o objetivo é articular demandas e estratégias, fortalecendo ambos os grupos. Esses mapeamentos permitem visualizar, claramente, a superposição dos territórios que habitam e usufruem e, a partir disso, pensar os acordos de resolução de conflitos, por exemplo, por meio da reorganização territorial. Um caso que exemplifica esse tipo de mapeamento é o Lote 55 e 14 em Salta, Argentina (*conheça mais sobre o caso na sistematização Metodologia de Diálogos e Acordos para o Acesso à Terra, na [Coleção de Experiências DAKI-Semiárido Vivo](#)*).

Mapa de gestão territorial e recursos naturais. Esse tipo de processo de mapeamento participativo é realizado para elaborar um diagnóstico da situação das comunidades, identificar as necessidades e as possibilidades produtivas. Nesses casos, não existe uma estratégia comum entre todos os atores, a metodologia é utilizada para que a comunidade em questão possa desenvolver ideias para a gestão sustentável dos recursos e pensar seus projetos produtivos. Busca-se fortalecer as comunidades através do conhecimento de seu próprio território e de seus recursos para que possam realizar melhores negociações com as autoridades e outros atores externos. Um caso que exemplifica esse tipo de mapeamento é o de Weenhayek, na Bolívia.



Mapa de uso territorial. O mapeamento participativo é utilizado num conflito territorial contra um particular que reivindica o território onde uma comunidade indígena ou camponesa habita em situação de insegurança jurídica, ou seja, sem um título que garanta seu direito fundiário. Nesse tipo de mapeamento, a FUNDAPAZ capacita sobre direitos de posse para conhecer as ações judiciais para conseguir a regularização da situação dominial. O mapeamento permite visualizar o problema e entrar em diálogo com o particular. Neste caso, o objetivo é, por um lado, fortalecer a comunidade por meio de um processo de organização comunitária e ferramentas de defesa legal, e principalmente, uma negociação pacífica que leve a alcançar a segurança territorial através de um acordo que permita a titulação das terras. Nesses casos, o mapeamento também pode colaborar no processo de reorganização, se a superfície reconhecida for menor à anteriormente habitada. Este é um caso em que o mapeamento funciona como um processo de defesa do território. Um caso exemplar desse tipo de mapeamento é o caso do Paraje Km 25, em Santiago Del Estero, Argentina.

Mapa de necessidades urgentes. A implementação de mapeamentos participativos permite identificar as necessidades urgentes em termos de acesso a recursos. Essa ferramenta permite registrar os lugares, as famílias, as demandas, as ofertas disponíveis. Da mesma forma, no momento da implementação das soluções (neste caso a construção de cisternas) o mapeamento também permite registrá-las e ressaltar as histórias das famílias. Um exemplo deste uso é o caso do mapeamento para a Mesa de Acesso e Gestão da Água, Salta, Argentina (*conheça mais sobre a iniciativa na sistematização Mesa de Água de Salta, na [Coleção de Experiências DAKI-Semiárido Vivo](#)*).

Nos diversos tipos de mapeamento, não se estabelecem diferenças entre indígenas e camponeses *criollos*, a metodologia da FUNDAPAZ visa fortalecer os processos de demandas de ambos os grupos no Grande Chaco Americano. Da mesma forma, não há evidência de uma estratégia diferente para o caso das mulheres e dissidências, há uma estratégia específica para os jovens, que são implicitamente alvo do mapeamento participativo, como forma de comprometê-los nas organizações de base e incentivar sua participação, a partir de seu conhecimento e interesse nas tecnologias artefatuais, necessárias para a elaboração do mapeamento (GPS, celulares, computadores).

2.4 RECURSOS NECESSÁRIOS

A experiência de mapeamento participativo exige recursos materiais, financeiros, humanos e tempo, que variam de acordo com o objetivo, a abrangência territorial e a temporalidade. A seguir, algumas especificações:

Recursos materiais

O mapeamento participativo requer de GPS, telefones celulares, câmeras fotográficas, computadores e programas de coleta e sistematização de dados. Para as oficinas no território são necessários mapas, cartazes e material de papelaria.

Recursos financeiros

As fontes de financiamento são múltiplas e específicas, segundo cada caso. O financiamento deve permitir custear as despesas em recursos materiais e humanos, viagens e diárias e eventuais despesas decorrentes dos encontros de mapeamento. As iniciativas de mapeamento participativo são implementadas em conflitos fundiários ou pelos recursos que podem durar muitos anos e, portanto, seu financiamento pode variar ao longo do tempo ou, geralmente, surgem diversos financiamentos para questões específicas, como a aquisição do GPS.

As iniciativas são financiadas pelos Estados municipal, provincial ou nacional, em alguns casos por ONGs e fundações nacionais ou internacionais. Busca-se o financiamento por parte do Estado para garantir um projeto



de desenvolvimento local, e em outros casos, por exemplo, apresenta-se um projeto perante uma organização para obter financiamento para realizar parte da cerca perimetral. Em casos específicos, como o do Paraje Km 25, em Santiago Del Estero, uma vez concluído o processo de entrega dos títulos às famílias, o mapeamento permitiu-lhes gerir diversos projetos financiados pelo Estado nacional e fundações privadas. Outro exemplo é o caso da Mesa de Acesso à Água de Salta, no qual se obtiveram recursos fornecidos pelo Estado Nacional (Ministério de Desenvolvimento Social, através da Subsecretaria de Proteção Social), e pelo Estado Provincial através do Ministério de Assuntos Indígenas, para o mapeamento participativo.

Recursos humanos

É necessária uma equipe técnica para organizar o processo de mapeamento, são os que ensinam o uso das ferramentas de mapeamento, como os GPS, e acompanham o processo de processamento dos dados. O perfil técnico é fundamental para esses processos: empáticos, engajados, experientes, com capacidade de ação nas diversas situações que surgem, tempo dedicado ao ativismo, capacidade de mobilização, experiência, conhecimento, formas de organização territorial, valores culturais.

Também, é necessário que as organizações de base ou comunidades indígenas ou camponesas forneçam os mapeadores. São os que serão treinados no uso das ferramentas de mapeamento como planilhas, GPS, câmera, sistematização de um SIG, análise cartográfica e técnicas de negociação e fazem o levantamento dos pontos com GPS ou celular, em geral são jovens, e usualmente treina-se a uma mulher e um homem. O número de mapeadores também varia segundo a experiência de mapeamento a ser desenvolvida.

A experiência exige tempo de envolvimento por parte dos membros das comunidades, pois são eles que realizam o levantamento dos pontos de mapeamento. Para isso, também passam por um processo de capacitação e devem participar das reuniões onde os resultados são compartilhados e discutidos. Isso significa um importante nível de engajamento por parte dos técnicos e dos membros das comunidades camponesas e indígenas.

Recurso temporal

Este é um recurso fundamental no mapeamento participativo, já que é uma ferramenta para processos muito longos e complexos, que em certos casos podem durar mais de 20 anos. Esses processos se realizam através de quatro etapas: (1) identificação do problema; (2) mapeamento participativo; (3) diálogo e incidência; e (4) acordos de acesso a recursos naturais. Embora o mapeamento, geralmente, seja a segunda etapa, devido ao tempo que podem durar essas experiências, muitas vezes devem ser realizadas mais de uma vez ao longo do processo ou podem ser implementadas com objetivos diferentes dentro de uma mesma experiência, por exemplo, para identificar a falta de acesso a um recurso e depois tornar visíveis as obras desenvolvidas.

A duração dos mapeamentos varia conforme o caso. Por exemplo, no caso dos Lotes 55 e 14 (Salta), o processo sistematizado começou em 2000, usando-se a metodologia de mapeamento por 4 anos, de 2001 a 2004. No caso da Mesa de Acesso e Gestão de Água de Salta, a duração da experiência foi de 3 anos, tinha-se realizado um mapeamento prévio que evidenciou a emergência e resultou na criação da Mesa, e outro mapeamento em 2016 das obras efetuadas naquele ano. No caso de Weenhayek e do plano de gestão de recursos e do Paraje Km 25, o processo durou 5 anos, neste último caso o mapeamento foi implementado durante o ano de 2010.

2.5 MECANISMOS DE VALIDAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Na prática, o mapeamento participativo é validado coletivamente nas organizações de base territorial, a partir do processo e dos resultados, embora estes possam não ser bem-sucedidos em termos de resolução de



conflitos, podem conseguir visibilizar os usos e interesses sobre o território e recursos e, acima de tudo, compartilhar os conhecimentos territoriais práticos e situados e os saberes técnicos.

Mesmo considerando que a quantidade e a grande heterogeneidade dos casos desenvolvidos não permitem estabelecer uma avaliação absoluta, a partir dos depoimentos de diversas fontes, protagonistas entrevistados e registrados nas publicações consultadas, observa-se uma concordância geral quanto a avaliar positivamente os resultados da implementação desta metodologia, tanto por sua operacionalidade instrumental como pela capacidade de incentivar o diálogo.

A confecção coletiva desses mapas é uma forma de validação. Elaborados pelas pessoas, analisados, melhorados, observados, corrigidos, assim os mapas são uma construção coletiva e validado constantemente. Posteriormente, os mapas são reutilizados pelas organizações em outras ações coletivas, geralmente relacionadas a questões produtivas, demonstrando assim que existe interesse e outras possibilidades de aproveitamento para esse tipo de processo.

2.6 RESULTADOS

Os resultados dependem de cada processo em particular. Atores e atrizes consideram os casos “bem-sucedidos” quando conseguem resolver conflitos e gerar acordos de acesso aos recursos naturais pelas comunidades indígenas e famílias camponesas. Mesmo quando isso não acontece, os mapeamentos podem produzir resultados de organização coletiva, intercâmbio de saberes e histórias comunitárias.

Embora a aplicação da metodologia, geralmente, surja como uma proposta externa ao contexto situado, em todos os casos o mapeamento se mostra uma metodologia eficaz por ser aceita pelas pessoas envolvidas nos conflitos ou afetadas por diferentes necessidades. O mapeamento participativo permite que famílias, organizações, lideranças e membros das comunidades identifiquem claramente problemas, necessidades e/ou conflitos, descrevê-los em detalhe e especificar o alcance da reclamação. A aceitação e apropriação da metodologia garantem o bom funcionamento do mapeamento como processo social inclusivo. As pessoas participam da elaboração de estratégias que são apreendidas como próprias. Essa busca de soluções de forma puramente participativa é o aspecto mais relevante do mapeamento.

Ao ser um processo técnico e social, o mapeamento gera conhecimento de diferentes tipos e empodera técnica e politicamente. Apresenta, ao menos, dois níveis de produção coletiva de conhecimento: o primeiro com um sentido **interno**, voltado às comunidades e grupos envolvidos, gera novos conhecimentos do território por aqueles que o habitam, tanto em termos quantitativos (por exemplo, a quantidade de pessoas que o habitam, por meio do censo), quanto qualitativos (quais as necessidades existentes, quais os problemas, etc.); ao ser o mapa uma abstração, que serve para raciocinar em diversas escalas e, podendo então projetar a problemática local para uma dimensão zonal, regional e global. O segundo nível de conhecimento é **externo**, voltado às instituições ou outros atores externos que precisam entender o contexto. Os mapas visibilizam as diferentes situações e reivindicações, podem ser exibidos a outros, passando a constituírem-se em documentação, evidências tangíveis. Este aspecto informativo facilita o diálogo entre os diferentes atores, pois permite compreender, visualizando a situação dos outros, suas formas de viver, pensar e compreender o território e o entorno.

Nos casos bem-sucedidos, o mapeamento facilita os processos de convivência e vizinhança porque permite compreender os direitos dos outros e alcançar uma solução compartilhada, válida e justa para todas as partes envolvidas. Isso também acontece já que a característica do processo de mapeamento é ser um processo “transparente”. A transparência da informação faz com que as pessoas a considerem “neutra”, aspecto extremamente relevante em situações de conflito, principalmente em contextos rurais onde existem



assimetrias de poder muito fortes, onde todos os atores têm interesses diferentes que defendem por qualquer meio. Os mapas tornam-se uma base comum para todas as partes, podendo gerar mecanismos centrados na confiança, a partir dos quais se iniciam o diálogo e as negociações. Também facilita o diálogo entre os grupos locais e as instituições.

Se começarmos por considerar que as populações indígenas e *criollas*, que são as receptoras desses mapeamentos, partem de uma situação de insegurança jurídica, o fato de que os mapeamentos permitem a titulação de parte do território reivindicado e, no melhor dos casos, o acesso comunitário aos títulos implica uma mudança fundamental na vida dessas comunidades. É importante destacar que, em alguns casos, a segurança jurídica chega através da adjudicação de um território de menor superfície da que habitavam anteriormente, o que obriga a reorganizar as práticas produtivas e o aproveitamento territorial, mas deixando de viver em permanente perigo de serem despejados ou de sofrer conflitos violentos com particulares. Da mesma forma, no caso de mapeamento para acesso a recursos em situação de emergência, como no caso da Mesa de Acesso à Água, a possibilidade de acesso a esses recursos gera uma mudança fundamental na vida dessas populações. Por fim, no universo pesquisado e analisado, não se identificaram efeitos particulares em homens, mulheres e jovens, os resultados são medidos em termos comunitários, para as famílias rurais, *criollas* e indígenas.

No foco da Resiliência ao Clima

Em relação à resiliência climática, os mapeamentos participativos resguardam os modos de vida das comunidades indígenas e camponesas contra o avanço do agronegócio e do extrativismo, isso permite a defesa de seus territórios e uma visão ampla dos desafios do Grande Chaco Americano. A gestão e o uso sustentável do território e de seus recursos pelas comunidades indígenas e camponesas ajudam a reduzir os impactos das mudanças do clima. Por outro lado, o fortalecimento desses grupos no âmbito dos processos de mapeamento participativo também é uma medida que contribui para a mitigação das mudanças climáticas.

3. ANÁLISES DA EXPERIÊNCIA

3.1 INOVAÇÃO E/OU PROCESO DE APRENDIZAGEM INOVADOR

O Mapeamento Participativo é uma inovação social, entendendo que representa a implementação de uma tecnologia organizacional inovadora na medida em que cria metodologias e instrumentos adequados à região e se vincula a estratégias de ação coletiva e aprendizagem situada (Thomas et al, 2015). Embora o mapeamento possa ser considerado como uma tecnologia pontual e artefactual, a metodologia implementada considera questões sociotécnicas, leva em conta os contextos sociopolíticos e econômicos no momento da implementação da experiência, entendendo-a de forma sistêmica. Da mesma forma, apesar de que a proposta de realizar o mapeamento participativo é promovida a partir das equipes técnicas, é elaborada em parceria com as comunidades levando em consideração suas práticas e conhecimentos e, além disso, com o passar do tempo, as organizações de base passam a participar do processo de tomada de decisões, e dessa maneira validam os processos e constroem seus próprios processos de mapeamento.

Os mapeamentos participativos se desenvolvem em conjunto com outras atividades, evidenciando o caráter sistêmico das tecnologias, são ações interdependentes, cuja eficácia se baseia no sucesso da implementação das demais. Além disso, há uma consideração evidente dos cenários. As atividades baseiam-se na capacitação dos habitantes rurais (indígenas e *criollos*) em diversos aspectos, dependendo da situação inicial do caso



específico. Em todos os casos, pode considerar-se uma inovação a adoção de práticas de mapeamentos específicos dependendo do cenário de sua implementação

Produz-se uma intensa participação dos membros das comunidades que são treinados pelos técnicos, que geram processos inovadores para atingir, em cada conflito específico, os objetivos propostos. As informações geradas nos espaços participativos possibilitam a tomada de decisões e soluções sustentáveis e duradouras. Por exemplo, no caso da Mesa da Água de Salta, a partir dum conflito pelo acesso à água potável, se origina um espaço de diálogo público-privado no qual se trabalha por meio da consulta e da participação para buscar soluções para o acesso a sistemas de água potável e água para que um setor da população dispersa possa produzir, e que por sua vez serve de articulação com a Mesa da Água que funciona no Governo de Salta.

O trabalho prévio da FUNDAPAZ nos territórios e o conhecimento das comunidades e das organizações territoriais tem favorecido o desenvolvimento dessa inovação, porém, o contexto de isolamento e violência dificulta o desenvolvimento bem-sucedido de diversos processos de mapeamento e a resolução pacífica dos conflitos.

3.2 FATORES DE ÊXITO

Os fatores de êxito identificados na experiência por homens e mulheres participantes são:

- O crescimento conceitual dos dirigentes e das comunidades, com percepções mais amplas sobre seus problemas e possíveis soluções, incorporando uma compreensão territorial.
- Cada mapeamento gera uma visualização que responde ao grupo que participa de sua elaboração. As visualizações não são homogeneizadas, pelo contrário, são reflexo da heterogeneidade das concepções sobre um espaço e um conflito. Isso pode ser visto nos mapas nº 3 a 8, sendo que, inclusive, cada mapa é esteticamente diferente.
- Gera conhecimento histórico situado, a partir da memória dos mais velhos, dos usos atuais do território, justaposto aos interesses de outros atores, produzindo um conflito de interesses, fato que faz necessário propor instâncias de negociação e diálogo para tentar desbloquear esses conflitos.
- Promove uma visão mais ampla por parte dos dirigentes sobre o problema.
- O problema quase nunca se concentra, apenas, em uma comunidade, e sim apresenta uma continuidade territorial e até regional, e entender isso é fundamental para dimensionar o problema assim como a solução.
- Outro fator de sucesso da experiência é o fortalecimento das organizações através da gestão da informação e da aquisição de novas capacidades que lhes permitem diagnosticar seus problemas e contribuir para soluções eficazes ligadas ao acesso ao território e aos recursos. Isso se traduz em demandas claras e processos de negociação transparentes que geram impacto político na vida dessas comunidades.
- Sustentabilidade dos processos ao longo do tempo.
- A metodologia é sumamente visual e pode ser materializada num mapa ou gráfico que permite mostrar, claramente, o território ou recurso que se pretende defender.
- Os casos de mapeamentos bem-sucedidos incluíram acordos entre os diversos atores participantes, que em muitos casos resultam na titulação das terras, no acesso e desenvolvimento da gestão de



recursos, estabelecendo uma solução considerada justa por todos os envolvidos e, portanto, não mais contestada.

- No âmbito da incidência sobre as políticas públicas, os casos bem-sucedidos resultaram, por exemplo, em decretos governamentais, num importante envolvimento das instituições estatais para garantir as soluções acordadas e também se obtiveram recursos financeiros por parte do Estado provincial e nacional.

3.3 LIMITAÇÕES

Os desafios ou limitações identificadas por homens e mulheres a partir da experiência são:

- O mapeamento gera gastos que, embora não sejam muito altos, não são acessíveis às comunidades sem o apoio de projetos específicos para essa tarefa.
- Exige acompanhamento técnico e capacitação quase permanente.
- Abrange longos períodos dada a complexidade da resolução dos conflitos de acesso a recursos, que não apresentam uma única variável a ser negociada. Isso pode determinar que algumas comunidades desistam do processo antes de chegar a qualquer tipo de resultado.
- Se os objetivos não forem devidamente explicados desde o início, o processo pode demorar muito, pois a confusão gera conflitos e falsas expectativas.
- O processo também exige, em algum momento, o aval do Estado para se concretizar como um processo formal com resultados reais. Embora isso seja um sucesso, ao ter incidência nas políticas públicas, também significa uma limitação para alcançar o êxito em outros projetos ao implementar essa metodologia. Se o processo não tiver aprovação por parte do Estado pode se tornar um episódio frustrante para as comunidades.
- Outro problema é que os mapas e as informações produzidas podem ser usados contra os interesses da comunidade e, portanto, podem ser usados contra os objetivos definidos no início do processo.

Além disso, é uma experiência que não está baseada desde e com uma perspectiva de gênero que permita abordar as desigualdades entre homens e mulheres no momento da implementação desses mapeamentos e da resolução dos conflitos. Portanto, não destaca como a dificuldade de acesso aos recursos, como a água, afeta de forma diferente às mulheres, por exemplo.

Por último, é importante destacar que mesmo em situações bem-sucedidas nas quais se alcançam acordos pacíficos com particulares, o resultado é a perda de grandes extensões de território. Embora isso possa culminar num processo de titulação e segurança jurídica (como no caso de Paraje Km 25), o custo é ter que viver num território mais limitado e ter de realizar adaptações nas práticas de produção.

3.4 LIÇÕES APRENDIDAS

As principais lições aprendidas e o que os envolvidos fariam novamente são:

- Gerar processos de empoderamento comunitário e de valorização do Chaco Semiárido por meio do levantamento de terras ou recursos naturais, visando fortalecer o paradigma de convivência com o semiárido.



- Capacitar aos membros das organizações *criollas* e comunidades camponesas para que disponham de instrumentos de mapeamento e registro de dados que lhes permitam tomar decisões.
- Valoriza o território, sua gente e seus recursos, procurando uma gestão ecológica e social da “escassez”, alinhada com as boas práticas locais que permitem, há séculos, a convivência entre as sociedades e a natureza na região do Grande Chaco.
- Reaplicar o mapeamento nos lugares em que a FUNDAPAZ acompanha organizações em diversos processos de gestão territorial, e também compartilhar a ferramenta em outros países como Bolívia, Brasil e América Central, por meio da troca de experiências de mapeamento participativo.
- Utilizar os mapeamentos em espaços ou ações políticas como a Mesa de Gestão da Água da Província de Salta, com o objetivo de coletar informações sobre a demanda e oferta de água para cada família. Também permitiu um acordo de trabalho conjunto com instituições globais que dão visibilidade ao direito à terra, como a iniciativa CADASTA.
- Aqueles que participaram nos processos de mapeamento reutilizaram essa metodologia para projetos futuros, especialmente vinculados ao desenvolvimento de alternativas produtivas e de gestão territorial, adequadas às demandas das famílias camponesas e comunidades indígenas, e ajustadas às características ecossistêmicas da região semiárida do Chaco.

O impacto do mapeamento vai muito além da sua aplicação pontual inicial, trata-se de um instrumento dinâmico. Quando as pessoas envolvidas no processo participativo conseguem apropriar-se totalmente da metodologia, podem utilizá-la com diversos objetivos e aplicações.

3.5 REPLICAR E/OU ESCALAR

A experiência é uma metodologia e um instrumento que vem sendo reaplicado em vários contextos na região do Chaco, por um período de duas décadas. Em cada caso, os habitantes participaram e tomaram decisões sobre quais são os componentes do sistema que lhes interessa compreender e/ou explicar. Nas diversas modalidades de implementação dos mapeamentos, e apesar de identificar algumas dificuldades, as pessoas envolvidas manifestaram a sua satisfação com as conquistas alcançadas graças ao mapeamento, nos diversos níveis de atuação e incidência.

Existe a possibilidade de estender a experiência de mapeamento para outras regiões. A própria experiência é um exemplo dessa possibilidade de reaplicação por ter sido implementada em diversos cenários, territórios e conflitos na Argentina, Bolívia e Paraguai. Em cada caso, diversas questões foram identificadas e resolvidas, mas sempre com base no diálogo e na negociação pacífica, oferecendo opções tecnológicas adequadas, acompanhando os processos de fortalecimento socio-organizacional e comunitário. Esta iniciativa demonstra a importância de uma visão sistêmica dos territórios e dos processos de governança local e regional. Como foi dito anteriormente, existem mais de 380 conflitos socioambientais na região do Grande Chaco e mais de um milhão e meio de pessoas afetadas, portanto, há um alto potencial de escalamento.

Por esse motivo, pensando em ampliar e reaplicar a iniciativa na América Latina, membros da FUNDAPAZ organizaram encontros de capacitação sobre Mapeamento Participativo em diversos países, possibilitando o conhecimento da experiência, o intercâmbio de saberes e sua aplicação em outros países.



4. CONCLUSÕES

Nos últimos vinte anos, a FUNDAPAZ desenvolveu uma quantidade enorme de processamento de informações georreferenciadas de diagnósticos socioeconômicos e enquetes familiares. Há algum tempo, esses dados foram organizados num Sistema de Informações Geográficas (SIG) cuja principal ferramenta é a metodologia do “mapeamento participativo”: por meio de dispositivos GPS manipulados por camponeses e indígenas especialmente treinados, elaboram-se mapas dos diferentes lugares e zonas nos que são consignados os lotes, as estradas, as casas, a produção, a água e o bosque; e servem, entre outras coisas, para que se efetue uma distribuição equitativa da terra, através de um diálogo construtivo.

Os mapeamentos buscam uma resolução pacífica dos conflitos territoriais pela terra, a água e outros recursos naturais, por meio da identificação do problema e da posterior realização do mapeamento como primeiro passo para o diálogo e a geração de acordos. Esta metodologia tem sido aplicada em situações extremamente heterogêneas que envolvem uma Grande multiplicidade de atores e atrizes com intenções, visões e interesses diversos e, muitas vezes, em conflito.

A FUNDAPAZ tem procurado divulgar a ferramenta de mapeamento participativo para que a metodologia possa ser reaplicada em diversos contextos de desenvolvimento rural, como estratégia de resolução de conflitos por parte das instituições públicas em diálogo e articulação com comunidades indígenas e camponesas.

5. DEPOIMENTOS

“Para tudo o que fazemos, um mapa. No início, as pessoas se resistem a desenhar um mapa sobre um papel ou sair com um GPS para explorar o campo, tem a ver com não saber o que vai ser feito com essa informação, então é fundamental estabelecer, antes, um vínculo de confiança para a troca de conhecimentos”

Entrevista a Paola Marozzi, julho de 2021.

“Quando terminamos o trabalho de mapeamento, percebemos que é muito importante, é mais uma ferramenta para trabalharmos nesse território pelo que tanto lutamos e agora temos um avanço importante, conseguimos avançar muito, porque sobre o mapa sabemos onde estamos reivindicando, já é algo concreto, sabemos o que negociamos com o governo e sabemos onde ficam os 400.000 hectares do decreto, sabemos onde ficam os 400.000 hectares no mapa que temos. Essa é a importância do mapa e do mapeamento”.

Rogelio Segundo, cacique da comunidade indígena La Curvita, Lote 55.

“Com o mapeamento, seria possível trabalhar com as necessidades de vários casos: na área produtiva, algumas famílias têm animais, têm espaço físico para fazer uma horta, têm essa vontade de trabalhar [...] seria possível trabalhar dessa forma em conjunto com o trabalho do mapeamento participativo. Em algumas comunidades é muito raro dispor de hortaliças, frutas, mas eles querem e têm espaço físico para trabalhar e isso ajudaria muito a saúde das crianças da comunidade, e os pais estão dispostos a trabalhar nesse sentido produtivo e com eles você pode trabalhar no mapeamento participativo”.

Néstor Montes, 2017, Mesa Acesso e Gestão da Água.



6. FONTES

Bibliografia

FUNDAPAZ (2008a): Derechos Indígenas. Acceso a las tierras y los territorios, Salta.

FUNDAPAZ (2008b): Derechos posesorios. Prescripción veinteñal, Salta. Disponible en: <https://www.fundapaz.org.ar/cartillas/derechos-posesorios-prescripcion-veinteñal/>

FUNDAPAZ (2009): Derechos civiles y derechos indígenas. Casos de ocupación y regularización de tierras, Salta.

FUNDAPAZ (2012): Sistematización de la experiencia en regularización de tierras. Comunidades Indígenas y Familias Campesinas, Salta.

FUNDAPAZ (2018): Acceso a los recursos naturales en el Chaco Trinacional. Mapeos participativos, diálogos y acuerdos entre actores. Cuatro casos de aprendizaje. Edición FUNDAPAZ y FIDA. Disponible en: <https://www.fundapaz.org.ar/documentos/mapeo-participativo/>

FUNDAPAZ (2019): Guía práctica para uso de GPS y elaboración de mapas.

FUNDAPAZ (2019): Metodología de mosaico. Multicapas transparentes.

FUNDAPAZ (2019): Cartografía. Disponible en: <https://fundapaz.org.ar/publicaciones/cartografia/>

FUNDAPAZ (2020): Reporte 2020.

Juarez, P. (2021): Plan de Trabajo de Sistematización de Experiencias de Agroecología y Alimentos Resilientes al Clima en la Región del Grande Chaco Americano, Proyecto DAKI Semiárido Vivo, Fundapaz, Buenos Aires.

Manzanal, M. y Arzeno, M. (2010): Conflictos territoriales en ámbitos rurales de la Argentina actual, GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 28, pp. 197 – 218.

Naumann M. (2006): Atlas del Grande Chaco Sudamericano. Sociedad Alemana de Cooperación Técnica (GTZ). 92 pp. ErreGé & Asoc., Buenos Aires. Disponible en: <https://docplayer.es/71110310-Atlas-del-Grande-chaco-americano.html>

Red Agroforestal Chaco Argentina -REDAF- (2013): Conflictos sobre tenencia de tierra y ambientales en la región del Chaco argentino: 3º Informe. -1a ed.-

Reconquista: REDAF. Disponible en: https://redaf.org.ar/wp-content/uploads/2013/07/3informeconflitos_observatoriorredaf.pdf

Slutzky, Daniel (2007) “Situaciones problemáticas de tenencia de la tierra en Argentina”. Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos, Serie Estudios e Investigaciones nº 14, Buenos Aires.

Thomas, H., Juarez, P. y Picabea, F. (2015): ¿Qué son las tecnologías para la inclusión social? en Colección Tecnología y Desarrollo. Universidad Nacional de Quilmes, Bernal. ISBN 978-987-558-358-0. Disponible en: <http://www.iesct.unq.edu.ar/index.php/es/coleccion-tecnologia-y-desarrollo/item/238-cuadernillo-n%C2%BA-1-%C2%BFqu%C3%A9-son-las-tecnolog%C3%ADas-para-la-inclusi%C3%B3n-social>

Notícias

Diario Perfil (2017). Presentan casos exitosos de acceso a la tierra y a los recursos naturales. 5 de octubre de 2017. Disponible en: <https://www.perfil.com/noticias/sociedad/presentan-casos-exitosos-de-acceso-a-la-tierra-y-a-los-recursos-naturales.phtml>

International Land Coalition (2020). Argentina: Mapas y Acceso a la Tierra para 200 Familias Campesinas. 2 de abril de 2020. Disponible en: <https://lac.landcoalition.org/en/noticias/argentina-acceso-a-la-tierra-para-200-familias-campesinas/>

Entrevistas com: • Gabriel Seghezze, diretor executivo da Fundapaz. Vía GMeet. Data: 20 de julio de 2021. • Paola Marozzi, integrante da Fundapaz e referente do mapeamento participativo. Vía GMeet. Fecha 8 de Julio de 2021.

Sistematização finalizada em agosto de 2021.



O **Projeto DAKI – Semiárido Vivo** é uma iniciativa de Gestão do Conhecimento e Cooperação Sul-Sul entre regiões semiáridas da América Latina, com foco na ampliação da resiliência dos povos e comunidades dos semiáridos aos efeitos das mudanças do clima. Centrado nas regiões do Grande Chaco Americano (Argentina), Corredor Seco da América Central (El Salvador) e Semiárido Brasileiro, o projeto atua identificando conhecimentos acumulados em experiências de agricultura resiliente ao clima, para criar pontes e intercâmbios entre boas práticas e seus protagonistas, e desenvolver capacidades técnicas através de processos de formação. A ação é financiada pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), coordenada por duas redes da sociedade civil – Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e a Plataforma Semiáridos da América Latina –, e executada por um consórcio de organizações sociais: AP1MC do Brasil, FUNDAPAZ da Argentina e FUNDE de El Salvador.

A sistematização de experiências é um dos componentes do projeto DAKI-Semiárido Vivo, que tem como objetivos identificar, organizar, dar visibilidade e compartilhar

aprendizagens sobre experiências e boas práticas sustentáveis e mais resilientes às mudanças climáticas, nas três regiões de atuação do projeto. Respeitando a riqueza de contextos, atores, natureza e modos de vida que compõem os semiáridos, os processos de sistematização se deram de modo articulado e heterogêneo, partindo da diversidade dos territórios para a interseção proposta pelo DAKI-Semiárido Vivo. Nesse sentido, cada região desenvolveu metodologias e processos de sistematização próprios, que seguiram critérios e categorias comuns, adaptados aos contextos locais. Estes processos seguiram as seguintes etapas: levantamento e identificação de experiências; sistematização em profundidade; produção de materiais e intercâmbios de conhecimento. Este material é resultado do processo de sistematização em profundidade, que gerou a Coleção de Experiências DAKI-Semiárido Vivo e com seus respectivos Cadernos de Casos.

No Caderno de Casos do Grande Chaco Americano, foram identificadas, selecionadas e sistematizadas 20 experiências. A metodologia de sistematização consistiu em três etapas: (1) levantamento e análise de todos os materiais produzidos pela iniciativa e por terceiros, (2) entrevistas com os principais atores da iniciativa e (3) socialização com os atores da iniciativa para feedback, edição e ajustes finais do documento de sistematização. O procedimento de trabalho juntamente com as organizações da iniciativa, permitiu contar com as vozes dos atores e reconstruir, a partir de seus relatos, a linha do tempo e os principais elementos que identificam as experiências como inovadoras no tema agroecologia e alimentos resilientes ao clima (Juarez, 2021). Em todos os casos, foi realizada busca e sistematização de insumos das diferentes organizações integrantes da experiência, além da leitura exaustiva dos materiais disponíveis sobre a iniciativa. Posteriormente, com base nas informações coletadas, foram realizadas entrevistas para aprofundar a experiência com os atores e atrizes envolvidos. Por fim, a sistematização foi enviada às organizações de referência para socialização, feedback e encerramento do processo.

PUBLICAÇÃO

Metodologia, Elaboração e Texto

Paula Juarez

Edição e Revisão

Esther Martins e Gabriel Seghezzo

Tradução

Federico García Blaya

Projeto Gráfico

André Ramos [AR Design]

EQUIPE PROJETO DAKI-SEMIÁRIDO VIVO

Coordenação Geral e Coordenação Semiárido Brasileiro

Antonio Barbosa

Coordenação Grande Chaco Americano

Gabriel Seghezzo

Coordenação Corredor Seco da América Central

Ismael Merlos

Gerência de Sistematização de Experiências

Esther Martins

Gerência de Formação

Rodica Weitzman

Gerência de Monitoramento e Avaliação

Eddie Ramirez

Gerência de Comunicação

Verônica Pragana

Acompanhamento técnico, metodológico e de conteúdo

Júlia Rosas e Maitê Maronhas

Apoio Administrativo

Maitê Queiroz

Equipe de Monitoramento e Avaliação

Aníbal Hernandez e Daniela Silva

Equipe de Comunicação

Daniela Savid, Florencia Zampar e Nathalie Trabanino



Proyecto ejecutado por



Financiado por

